



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA DEBATER E APONTAR SOLUÇÕES PARA A REABERTURA DO COMÉRCIO E DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM RIBEIRÃO PRETO

### Requerimento nº 6.611/2020

Aos oito dias do mês de setembro de 2020, às 16h11 no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, a COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA DEBATER E APONTAR SOLUÇÕES PARA A REABERTURA DO COMÉRCIO E DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM RIBEIRÃO PRETO, criada pelo Requerimento nº 6.611/20 e Ato da Presidência nº 96, de 12 de agosto de 2020, composta pelos vereadores Jean Corauci, Maurício Gasparini, Fabiano Guimarães e Boni, todos presentes em Plenário. Acompanha remotamente a vereadora Gláucia Berenice. O Presidente da CEE, Jean Corauci, abre a sessão agradecendo a todos e informando que essa é a terceira reunião da CEE, fazendo breve resumo das atividades desenvolvidas pela Comissão até agora. Informa que hoje seria realizada a oitava do Sr. Manoel Jesus Gonçalves, devidamente convidado no último dia 26 de agosto, e hoje pela manhã informou que não poderia comparecer, nem tampouco participar de forma remota. O Presidente da CEE destaca que na última sexta-feira, Ribeirão Preto foi rebaixado no Plano São Paulo para a fase laranja, e a reunião de hoje também não surtiu efeito, permanece na fase laranja. Na última semana, destaca Jean, esta CEE trouxe informações de fechamento de leitos de UTI, e se o fechamento não ocorresse, a cidade teria "10% a menos de leitos ocupados", e que a cidade poderia passar à fase verde, destaca o vereador. O vereador Boni agradece a todos e diz que os vereadores sempre darão o amparo que os empresários precisam e o desespero que esse "sobe e desce", esse "abre e não abre", e que não consegue ter uma definição sobre esse momento. Não se cria perspectivas, e chega a ser "assustador", e que todos precisam estar coesos, e que todos estão pagando por algumas pessoas que não estão fazendo o dever de casa. Em seguida, Jean chama a atenção para a situação dos setores de bares, restaurantes e academias, e que na reabertura, todo investimento acaba sendo desfeito. Fabiano Guimarães observa que a ocupação de leitos da cidade está, hoje, a ocupação de leitos está em 73,97%, e 65% leitos de enfermaria, e que muito pouco, a cidade não foi para a verde. Observa que somente leitos públicos, 70,5% estão ocupados. Em seguida, discorre sobre efeitos e fatos ocorridos na pandemia, e que a doença é séria, tem que ser levada a sério, mas não pode se transformar numa histeria destruidora, e que Ribeirão Preto deve reduzir a velocidade da contaminação para que esta seja coerente com a capacidade do sistema de saúde de suportarem o atendimento das pessoas. Não é possível, que alguém não se contamine, e que todo mundo vai acabar se contaminando, destaca Fabiano, dizendo que isso é fato científico de todas as doenças do planeta, especialmente viroses, e gripais. A informação que tem, segundo ele, é que o Prefeito da cidade vai manter a cidade na fase amarela. Destaca que está havendo uma reunião nesse momento, e que todo mundo deve se manter aberto, como na semana passada. Fabiano Guimarães destaca que, nesse momento, a determinação do Governador deve ser desobedecida. Em seguida, Jean Corauci informa que o Prefeito poderia ter brigado pelos comerciantes lá atrás, e porque não o fez, porque somente agora, indaga. Segundo ele, o movimento dos bares e restaurantes deste último final de semana (feriado) foi baixo, principalmente por saber que a cidade está na fase laranja. Maurício Gasparini, em seguida, se solidariza com as famílias que tiveram entes queridos mortos, e que o que fez com que a cidade regredisse à fase laranja foi o número de óbitos, não os leitos fechados, estes foram fechados por falta de demanda, em hospitais particulares. Essa é a informação correta, verídica, e qualquer coisa que se fale fora disso é "fake news", e muitos acabam caindo em verdadeiros golpes políticos, eleitores, politicagem barata, e enquanto tiver voz vai lutar para praticar a política saudável, unidos num bem comum, e quer crer que a CEE sempre teve a mesma intenção, desenvolver um "protocolo de retomada", para justamente não acontecer o que aconteceu, e é para isso que devemos trabalhar. Todos estamos caminhando bem nesse sentido. Maurício Gasparini destaca que "andou mal o Governo do Estado de SP em colocar Ribeirão Preto nessa situação". Não teve nenhum aviso, observa, e que todos estavam trabalhando para uma retomada de consciência, e que parte da população



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

erra sim ao desenvolver dentro de si o negacionismo, chamando a atenção para a postura do Presidente da República, e que não se pode aceitar isso, pois estamos numa retomada, e Ribeirão Preto tem sido exemplo. O número de óbitos, repete, foi o grande fator de Ribeirão Preto para regredir a fase. Os mortos não internaram essa semana, foram internadas há muito tempo, destacando que o índice de sucesso de pessoas que entram em leitos de UTI é muito alto, e que aqui é um centro de excelência em medicina. O Plano São Paulo “erra” em verificar somente esse item, e condenar famílias, empresários, empreendedores de nossa cidade, jogando-os à bancarrota, à falência. Gasparini destaca que estamos na iminência de uma desobediência civil generalizada, e isso não é bom pra cidade. O vereador faz um apelo ao Governador João Dória, repense o Plano São Paulo, “ele está errado”, e não pode condenar Ribeirão Preto e regredir. Ribeirão Preto deveria estar na fase verde, e é triste ver praias lotadas, resorts da região, lotados, e em Ribeirão Preto o microempreendedor não pode abrir sua loja. “Que hipocrisia é essa”, destaca Gasparini. Estamos cumprindo todos os protocolos, Governador, observa. Reflita, repense, e revogue urgentemente essa determinação, pede ao Governador. Faz um apelo de todos se reunirem pelo bem de Ribeirão Preto, independente de bandeira ideológica, de eleições, vamos lutar por Ribeirão Preto. Em seguida, Fabiano Guimarães destaca que hoje Ribeirão Preto é campeã nacional, ou entre as cidades que mais testam, no Brasil. Obviamente, que se testa muito, vai aparecer uma curva ascendente de contaminados, e isso é uma medida de segurança. O problema, em si, é a “utilização da capacidade instalada de leitos”, e segundo ele, quem reduziu muitos leitos foi um hospital particular, porque não obteve demanda. Os leitos não foram extintos, eles estão lá, se houver aumento de internações, o hospital dedica mais leitos. O Plano São Paulo, segundo ele, tem que ser corrigido. E se posiciona dizendo que nesse momento, o os donos de restaurante, bares, sorveterias, devem se manter abertos. A vereadora Gláucia observa que não quer entrar em questões políticas, e que tem certeza que a questão dos leitos não definiu a regressão de fase. Informa que o Prefeito vai discutir, na Justiça, essa regressão de fase. Cada vereador tem um seguimento que representa, o que é legítimo, e que cada associação acione a Justiça, dê força a esse movimento, pois são associações legalmente constituídas. Essas associações podem sim, reforçar isso, para dar força, e que oficiou o Prefeito na sexta-feira, 15h30, para que não siga o Governador nesse aspecto. Chama a atenção para a necessidade de se fazer um “ativismo jurídico” como uma forma de pressionar o Tribunal de Justiça para que a decisão da cidade possa, nessa situação, derrubar a decisão do Estado. O Presidente da CEE, Jean Corauci, diz que acionou o departamento jurídico da Casa visando também, via CEE, ingressar na Justiça. Em seguida, destaca uma lei de sua autoria, que ajuda bares e restaurantes concedendo desconto no IPTU desde que estes comprem a cerveja produzida em nossa cidade, para que as pessoas consumam o produto feito aqui, e isso não é divulgado. Garante que a maioria dos donos de bares e restaurantes nem sabem disso. A lei está em vigor, destaca. Outra situação, é sobre um possível REFIS dos impostos que a Prefeitura cobra. Observa que o art. 10, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 97 permite isso, ou seja, estamos em período de calamidade pública e pode, sim, ser realizado um REFIS, desde que acompanhado pelo Ministério Público. Em seguida, fala à CEE o Sr. Sacha Heck, da ABRASEL, de forma remota observa que a decisão do Governo do Estado afeta mais ainda bares, restaurantes e academias. Informa que por recomendação médica, teve uma crise de ansiedade, e que está em casa. Faz um resumo sobre a situação vivida pelo setor durante cinco meses, e que a maioria ficou fechado, cumprindo regras, em todo esse período. Informa que o setor começou a trabalhar, com movimento muito fraco, e que todos tinham esperança de ir à fase verde, e estávamos esperando um movimento intenso, reforçando estoque, e não esperava que na sexta, véspera do feriado, não esperava o que aconteceria. Relata os problemas médicos que teve na sexta-feira. Observa que, segundo informou o Secretário de Saúde, e dos gráficos apresentados por ele, a doença está em controle na cidade. O Plano São Paulo não pode ser mais importante que a doença, e não se pode admitir que Ribeirão Preto regrida, e que esse plano é idiota, burro, deve ser revisto. Esse Plano jamais poderia ter rebaixado Ribeirão Preto, destaca. Informa que as associações irão ajuizar ações judiciais, seja contra o Governo do Estado de SP, seja contra o decreto do Prefeito, caso ele cumpra essa arbitrariedade do Governador João Dória. Destaca o que ocorreu com o bar “Brasuckis”, e que a ABRASEL tem feito um trabalho de fiscalização dos bares e restaurantes, tanto dos associados, como dos demais. Diz que denunciou uma aglomeração de jovens na Av. Costábile Romano. Nós temos feito o



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

trabalho, mas não temos o poder de polícia, não podemos fechar o estabelecimento. Em seguida, Renato Munhoz, da ABRASEL, faz um resumo sobre a retomada feita pelos empresários. Muitos reconstruíram seus colaboradores, e que a MP 936 foi uma conquista da ABRASEL nacional. Entende que o Governador não está usando seu poder para prejudicar só um seguimento, mas toda a cidade. Ficamos 156 dias fechados, e que tem a convicção que o Prefeito vai enfrentar o Governador João Dória. O setor fez uma nova programação, com estoque, contratações, e que nem todo o setor voltou. Pubs, baladas, eventos, não voltaram, destacam. Hoje, não tem 30 ou 40% do movimento que tinha. Disse que a ABRASEL vai ingressar, na ação judicial do Prefeito, como *amicus curiae*, um termo técnico. Está triste com as mortes, e observa o setor de bares e restaurante já foi 'sofrido', e que nenhum supermercado reduziu uma gôndola de produtos de seu espaço físico para que as pessoas não tenham contato. Questiona: nunca houve fila no supermercado, nunca houve aglomeração, indaga. Renato Munhoz observa que "Ribeirão Preto não merece estar no laranja, "todos os associados estão em pânico", e que realmente é direito "não fechar", pois está tendo uma arbitrariedade por parte do Governador. Segundo ele, as academias estão tendo uma restrição de atendimento, uma complexidade danada. Pede o apoio da Câmara Municipal, pois do contrário, a tragédia será pior. A volta dos empregos não será na totalidade, há uma pequena projeção para o ano que vem. Durante essas restrições, a conta não fecha, o empresário não vai ganhar dinheiro, vai apenas amenizar o prejuízo. O empresário construiu uma operação para trabalhar com 100%, mas está só com 40%. E a sociedade está assustada, achando que o bar e a academia é o propagador do vírus. Chama a atenção para a necessidade de se rever o Plano São Paulo, ele não é mais adequado, e agradece o apoio da Câmara a todos nessa jornada. Pede a oportunidade, pelo menos, de diminuir o prejuízo. Respondendo ao vereador Jean Corauci, informa que com referência ao faturamento normal, na semana passada, e fazendo uma análise geral não chega a 30%. Uma operação que passava, num sábado, 450 ou 500 pessoas, não teve 120. Fazendo a uma média, não chegou a 40% entre delivery e salão. A ABRASEL dá apoio ao enfrentamento ao Governador, observa. Em seguida, Paulo Lemgruber, da ACIRP, cumprimenta a todos e que adianta que a ACIRP entra com um mandado de segurança contra a decisão do Governo do Estado de SP. Hoje, todos estão na fase amarela enquanto não houver um decreto municipal regredindo de fase. Disse estar surpreso com o retrocesso, uma surpresa absolutamente desagradável, e que tem 35 anos de experiência e que estava com estoque cheio, fez reconstruções e se sente agora "enganado". Ninguém contava com isso, destaca. Estava se propagando que os índices estavam melhorando, e vem essa situação de regressão de fase. Observa que os empresários estão "amarrados". Informa que o que foi feito foi um "desrespeito". No final de semana, atingiu 1/3 do faturamento normal, e que isso faz parte da retomada, mas não pode haver o retrocesso. Não podemos mais aceitar essa dúvida, essa incerteza, observa Paulo Lemgruber, da ACIRP. O Presidente da CEE, Jean Corauci, observa que a Câmara Municipal fará um decreto legislativo caso o Prefeito edite um decreto para que a cidade retorne à fase laranja. Poderia, até, ser feito uma sessão extraordinária para se votar esse decreto legislativo. Em seguida, o vereador Maurício Gasparini fala que fica o compromisso dessa CEE que, se o Prefeito Duarte Nogueira não atender "ao nosso apelo", e apela para que o Prefeito não baixe um decreto essa tarde acolhendo a decisão do Governo do Estado. Se baixar o Decreto, a Câmara utilizará seu instrumento que é o Decreto Legislativo para sustar os efeitos do Decreto do Prefeito. Mas, ao final, disse que acredita que o Prefeito vai atender esse apelo. Em seguida, fala à CEE o Sr. Cacá, da Crossfit, destacando que as academias estão, na fase amarela, trabalhando com 30% no máximo de pessoas. Este mês, todos os impostos federais começaram a ser cobrados. A situação das academias, e centros de treinamento físico, em geral, é o seguinte: o principal motivo de tanta gente ir para as UTI's é que não fazem exercícios físicos. O Governo deveria incentivar, cada vez mais, as pessoas treinando, e existem estudos científicos comprovando isso. As academias são essenciais, e que o Governador, por si só, decretou que as academias não são essenciais. Observa que o Prefeito Municipal tem respaldo jurídico, porque é interesse municipal colocar as academias como serviços essenciais, mediante decreto local. Destaca que academias são seguimento seguros, os protocolos são seguidos, com medição de temperatura. Informa que desconhece um caso de aluno que tenha se contaminado por covid na academia. Tem 270 alunos, e não sabe de nenhum caso de contaminação aqui dentro, observa. Não há justificativa para academias ficarem fechadas. Muitas pessoas estão ficando obesas, sedentárias, sofrendo enfartos,



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

tendo depressão por conta de ansiedade, já que o exercício físico é o caminho para combater isso. Destaca que Ribeirão Preto não tem uma associação das academias, e ao final agradece a todos. Em seguida, o Sr. Luiz Ferreira, proprietário do Bar Patrón, em Ribeirão Preto, inaugurado em março. Com sete dias de inauguração, foi obrigado a fechar o bar após todos os investimentos, destaca. Após cinco meses fechados, sem nenhum apoio, nenhuma ajuda, e teve que se reestruturar para uma nova ideia, uso de máscaras, divisórias, álcool em gel, e depois de menos de um mês, 15 dias, recebe a informação que o bar vai fechar novamente, indaga. Muitos bares não aguentaram, tiveram que fechar, nesse período de cinco meses. Teve que renegociar dívidas, e que agora precisa honrar os compromissos financeiros, destacando que espera que a Câmara ajude ele a não ter que fechar novamente seu bar. Em seguida, André Rezende informa que o CDL e o SINCOVARP também pretendem ajuizar uma ação judicial para buscar a fase amarela, e é claro, vai aguardar como fica, e qual será o posicionamento da Prefeitura. Disse que as entidades que representa também apoia todo e qualquer movimento político de Ribeirão Preto e região para ir a São Paulo e tentar reverter isso. Faz considerações sobre os horários de funcionamento do comércio, destacando que faz mais sentido funcionar 8 (oito) horas, ao invés de 4 (quatro), destacando ainda que o Plano São Paulo, mesmo indo para a fase laranja, temos que nos preparar para ela, o Plano São Paulo costuma fazer ajustes semanais, ou seja, ainda que não sejam completados 14 dias inicialmente. A pressão tem que ser feita agora, para que se voltarem atrás para corrigir algo, há grande chance para que esse erro seja corrigido na próxima sexta-feira, na próxima coletiva do Governo do Estado. Manifesta solidariedade a todos, e o CDL e o SINCOVARP defende uma ação conjunta na Justiça, de todas as entidades. Em seguida, Rodrigo Aparecido Ramos, proprietário de academia e do Bar Brasuckis, e que os proprietários do bar nada tiveram a ver com o ocorrido, e que no vídeo, nem ele nem os sócios estão, e que foi muito criticado, e deixa claro que não pode ser julgado, tem 20 funcionários registrados, fora a família dele e de outros dois sócios. Estava seguindo todas as regras, e que investiu uma "boa grana" para manter o bar lá. Faz um resumo do que ocorreu na data. Disse que os próprios clientes se "inflamaram" e acabaram discutindo com os fiscais. Disse que respeita todas as regras e a fiscalização, e que ficou cinco meses fechado, "fizemos nossa parte", e não demitiu nenhum funcionário. Pede o fim dos julgamentos, das críticas. Indagado pelo vereador Boni sobre quem fez o comentário, informou que o nome de seu bar foi citado, o Sr. Sacha comentou sim, sobre o ocorrido no seu bar. O vereador Boni informa que todos estão assustados, e que o Sr. Rodrigo deve relevar os comentários, fazendo esse pedido particularmente ao Sr. Rodrigo. Maurício Gasparini pede que nas próximas reuniões sejam ouvidos a classe dos músicos e dos artistas, e quem puder, mantenha os músicos, essa classe está passando um momento muito difícil. Ao final, Jean Corauci informa que a CEE não trata apenas da reabertura do comércio, mas sim a parte econômica inteira de Ribeirão Preto. A próxima oitiva será do Sr. Marcos Miello, da CPFL. Ao final, e nada mais havendo a deliberar, o Presidente encerrou a reunião às 17h51. A íntegra desta foi gravada em mídia áudio-visual (anexa), parte integrante dessa ata, na forma da Resolução nº 46/2018. Eu, Fernando Silvério Borges \_\_\_\_\_, auxiliar legislativo designado, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo presidente da Comissão Especial de Estudos.

  
**JEAN CORAUCI**  
Presidente da CEE